



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

LAYZA MARTINS FILÓ

**O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO MEDIANTE A LUTA
PELA REFORMA AGRÁRIA
UMA ANÁLISE SOBRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CENTRO DE
EDUCAÇÃO MUNICIPAL DO CAMPO CHICO MENDES**

Palmas - TO

2022

Layza Martins Filó

O Processo Histórico da Educação do Campo mediante a luta pela Reforma Agrária:

Uma análise sobre a proposta pedagógica do Centro de Educação Municipal do Campo Chico
Mendes

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional, Curso de Licenciatura em História, como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho.

Palmas - TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F488p Filó, Layza Martins.
O Processo Histórico da Educação do Campo mediante a luta pela
Reforma Agrária: Uma análise sobre a proposta pedagógica do Centro de
Educação Municipal do Campo Chico Mendes . / Layza Martins Filó. – Porto
Nacional, TO, 2022.
33 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Porto Nacional - Curso de História, 2022.
Orientador: Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho

1. Educação. 2. Do Campo. 3. MST. 4. Propostas. I. Título

CDD 901

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

LAYZA MARTINS FILÓ

**O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO MEDIANTE A LUTA
PELA REFORMA AGRÁRIA
UMA ANÁLISE SOBRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO
MUNICIPAL DO CAMPO CHICO MENDES**

Este artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Licenciatura em História, para a obtenção do título de Licenciado, e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação:

Banca examinadora:

Prof. Dr. George Seabra Coelho, Orientador, UFT

Prof. Dr. Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes, Examinador, UFT

Prof. Dr. Rodrigo Poreli Moura Bueno, Examinador, UFT

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à minha família, sobretudo, à minha mãe, Zezilia. Obrigada pelo apoio aos meus estudos e à profissão que escolhi, obrigada por me dar tempo, espaço e liberdade para estudar sem me preocupar com muito além disso. Mãe, obrigada por ser meu apoio e minha segurança. Estudo para um dia poder retribuir tudo o que tem feito por mim.

Ao meu orientador George Coelho, obrigada pelos esclarecimentos, por toda instrução e atenção para comigo durante esse processo.

À minha namorada Andressa, obrigada pelo apoio e companheirismo.

Aos professores da UFT que foram responsáveis por minha formação ao longo destes anos, meu enorme reconhecimento.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma revisão bibliográfica a respeito do processo histórico de consolidação da Educação do Campo no Brasil, desde a Educação rural até seu surgimento na década de 1980 e o momento atual. Na referida trajetória será ressaltado de forma pertinente a importância dos movimentos sociais de luta pela Reforma Agrária na constituição da Educação do Campo, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O artigo também traz algumas reflexões sobre o conceito, definição, idealização e propostas da Educação do Campo. A metodologia da pesquisa é de cunho bibliográfico descritivo e utiliza como fonte de investigação alguns referenciais como artigos, dissertações e livros. Sendo realizada ainda, uma abordagem documental e de campo no Centro de Educação Municipal do Campo Chico Mendes, localizado no Assentamento Santo Antonio, através da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e de uma visita à unidade escolar. A pesquisa sobre a escola mencionada teve como intuito conhecer o funcionamento de uma escola do campo, identificar suas práticas e suas propostas pedagógicas, além de averiguar se o ensino aplicado se trata da Educação do Campo ou Educação no Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. Propostas. Escola. MST.

RESUMEN

El presente trabajo tiene por objeto presentar una revisión bibliográfica del proceso histórico de consolidación de la educación del campo en Brasil, desde la educación rural hasta su surgimiento en la década de 1980 y hasta el momento actual. En esta trayectoria, se destacó la importancia de los movimientos sociales para la lucha por la Reforma Agraria, especialmente el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST). El artículo también reflexiona sobre el concepto, la definición, la idealización y las propuestas de la educación rural. La metodología de la investigación es de carácter bibliográfico y descriptivo y utiliza referencias como artículos, disertaciones y libros como fuente de investigación. También se realizó un abordaje documental y de campo en el Centro de Educación Municipal del Campo Chico Mendes, ubicado en el Asentamiento Santo Antonio, a través del análisis del Proyecto Político Pedagógico (PPP) y de una visita a la unidad escolar. La investigación sobre la mencionada escuela pretendió conocer el funcionamiento de una escuela del campo, identificar sus prácticas y propuestas pedagógicas, además de constatar si la docencia aplicada es sobre Educación del campo o Educación en el campo.

Palabras clave: Educación del campo. Propuestas. Escuela. MST.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2 PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO..... | 12 |
| 2.1 Diferença entre Educação Rural e Educação do Campo..... | 15 |
| 2.2 Proposta Pedagógica da Educação do Campo..... | 19 |
| 3 UMA ANÁLISE SOBRE A ESCOLA DO CAMPO | |
| CHICO MENDES..... | 22 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 28 |
| REFERÊNCIAS..... | 30 |

1. INTRODUÇÃO

A Educação é um direito básico constitucionalmente garantido a todas as pessoas, independente de etnia, classe, credo ou local onde se encontram. Entretanto, esse direito muitas vezes é negligenciado, principalmente no que diz respeito ao acesso à Educação por parte das pessoas que vivem na área rural. Em vista disso, é de grande importância reconhecer que, no Brasil, toda conquista no que diz respeito aos direitos básicos como educação, saúde e moradia, tem como base as lutas sociais.

A Educação, principalmente durante o período militar, sofreu um grande retrocesso e repressão, fato que uniu e mobilizou ainda mais os estudantes e demais movimentos que se mostravam revoltados com a situação do país. As lutas sociais de diversos movimentos se fortaleceram de forma significativa durante e após esse período, incluindo o movimento estudantil e os movimentos de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que foi consolidado na década de 1980.

É nesse contexto de articulação e resgate das lutas levantadas pelos movimentos sociais, nesse caso, principalmente os movimentos de Reforma Agrária, que emerge a Educação do Campo no Brasil. O termo Educação do Campo diz respeito, basicamente, às diversas práticas educativas produzidas e exercidas no campo e pelos sujeitos do campo¹.

Essa nova perspectiva de Educação foi pensada e proposta pelos próprios camponeses, assentados e ocupantes de terras, visto que são as pessoas do campo que, primeiramente, precisam da Educação para a formação e desenvolvimento do seu povo. Educação essa que deve ser digna e justa; comprometida com a realidade social e cultural do camponês; sem a necessidade de grande locomoção. São as pessoas do campo que primeiramente necessitam de uma proposta de Educação que esteja fora da lógica de que apenas na cidade é possível o acesso a uma Educação de qualidade, a cultura e ascensão social.

Enquanto filha e neta de pais e avós que tiveram o acesso a Educação do Campo negligenciado, tenho ciência da realidade enfrentada, tanto por falta de um espaço adequado para a escola, a falta de transporte, professores sem formação, além da falta de incentivo e perspectiva ao aluno do campo pois o pensamento que predominava a Educação no meio rural era de que a escola era perda de tempo, algo desnecessário para pessoas que trabalham apenas por meio da força braçal, portanto, se aprendessem a ler e escrever já era suficiente.

¹ Na concepção de Educação do Campo é fundamental que os processos educativos sejam elaborados e desempenhados com a participação de pessoas próprias do campo, caso contrário, essa concepção diz respeito à Educação no campo. Essa diferenciação entre “Educação *do* Campo” e “Educação *no* Campo” será pautada adiante.

Por causa dessa realidade vivenciada pelas pessoas moradoras do campo, sejam elas assentados, ocupantes, ribeirinhos, indígenas ou pequenos agricultores, é que se faz a luta por uma Educação do Campo. Essa luta emerge dos próprios camponeses enquanto movimento social que se articulou, tanto pela garantia do acesso a terra, como pela criação e constituição de uma escola para o campo que atendesse sua comunidade valorizando seus interesses e sua identidade. Assim cita alguns pontos do Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro (1997):

- 4. Lutamos por justiça social! Na educação isto significa garantir escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a Educação Infantil até a Universidade.
- 7. Queremos uma escola que se deixe ocupar pelas questões de nosso tempo, que ajude no fortalecimento das lutas sociais e na solução dos problemas concretos de cada comunidade e do país.
- 11. Lutamos por escolas públicas em todos os acampamentos e assentamentos de reforma Agrária do país e defendemos que a gestão pedagógica destas escolas tenha a participação da comunidade sem Terra e de sua organização.
- 12. Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa (MST, 1997).

O estudo proposto neste trabalho pretende apresentar uma revisão bibliográfica descritiva a respeito da emergência da Educação do Campo mediante os movimentos sociais de luta pela terra, nisso se constitui o objeto de estudo desta pesquisa. A ideia principal é traçar uma trajetória da Educação do Campo no Brasil, desde a Educação Rural até a sua emergência, consolidação e situação atual. Será ressaltado de forma pertinente a importância dos movimentos sociais de Reforma Agrária², como o MST, na idealização da proposta da Educação do Campo.

O processo histórico da Educação do Campo foi construído através dos trabalhos de um apanhado de autores que escreveram sobre o tema. De modo geral, são abordadas algumas reflexões a respeito do conceito, definição, idealização e propostas da Educação do Campo, como por exemplo, a diferença entre “Educação *do* Campo” e “Educação *no* Campo”.

Após pautar a trajetória e situar os determinados conceitos, o artigo aborda a Educação do Campo aplicada no Centro de Educação Municipal do Campo Chico Mendes, localizado no Assentamento Santo Antônio, no município de Porto Nacional-TO. Está presente um

² O movimento pela reforma Agrária no Brasil é composto por diversas organizações sociais do campo; a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento Camponês Popular (MCP), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Contudo, neste trabalho o MST será ressaltado como o principal representante destes movimentos.

pouco da formação, organização e funcionamento da escola mencionada, com intuito conhecer essa escola do campo, identificar suas práticas, suas propostas pedagógicas e ainda, analisar se o método aplicado se trata da Educação do Campo ou Educação no Campo.

A metodologia da pesquisa é de cunho bibliográfico descritivo e utiliza como fonte de investigação alguns referenciais como artigos, dissertações e livros. Sendo realizada ainda, uma abordagem de caráter documental e de campo no Centro de Educação Municipal do Campo Chico Mendes. A pesquisa realizada na referida escola foi levantada através da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e de uma visita à unidade escolar.

2. O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Podemos dizer sobre a Educação do Campo [...] que sua natureza e seu destino estão profundamente ligados ao destino do trabalho no campo, e, conseqüentemente, ao destino das lutas sociais dos trabalhadores e da solução dos embates de projetos que se constituem a dinâmica atual do campo brasileiro (CALDART, 2009. p.35).

A movimentação por uma educação que atenda o campo iniciou-se na década de 1930³, passando pela década de 1980⁴ até os dias atuais. O início da trajetória das propostas para a educação voltada ao campo, se deu com a chamada Educação Rural, a qual foi marcada por ocupar um papel secundário nas políticas de Educação, tais propostas eram fragmentadas e voltadas a atender os interesses do modelo industrial nascente no Brasil na década de 1930 (FREITAS, 2011, p.36). A princípio, essa Educação Rural tinha como premissa o atraso do homem do campo, que precisava de uma educação mínima que o adaptasse ao processo de industrialização, o que resultou na grave precarização desse ensino elevando o índice de analfabetismo no meio rural.

Essa precarização e descaso com o ensino do campo reforçou a imagem negativa do camponês e do seu modo de vida (FREITAS, 2011, p.37), o que juntamente com o crescente processo de industrialização, promessas de emprego, educação e ascensão social nos centros urbanos, teve como consequência o aumento do êxodo rural pois o homem do campo buscava melhores condições de vida na cidade.

Embora esse seja o movimento predominante nas décadas em que se segue a industrialização no Brasil, a partir da década de 1950 a organização social no campo começa a se fortalecer. Através desse processo surgiu a proposta do que viria a ser a Educação do Campo, pois, com essa organização se tem uma mudança de perspectiva em relação à imagem negativa e marginalizada dos camponeses. Sendo assim, começou-se a pensar formas de valorizar esse modo de vida (FREITAS, 2011).

As novas formas do fazer educativo traziam a marca da educação popular e de outra visão de mundo – que tem o camponês como sujeito do desenvolvimento e o campo como espaço de vida, de trabalho, de cultura –, onde esse sujeito encontra um sentido e a possibilidade de atualizar-se sem perder a essência da sua identidade. Essa perspectiva foi a raiz da Educação do Campo (FREITAS, 2011. p.37).

³ Na década de 30, temos como contexto o constante processo de industrialização no Brasil, que tem como resultado o êxodo rural e o crescimento do agronegócio, características que estão diretamente ligadas ao surgimento de uma educação fornecida no campo.

⁴ É importante ressaltar que esse movimento foi promovido principalmente pelos movimentos sociais da Reforma Agrária como o MST, consolidado na década de 80.

Durante as décadas de 1950 e 1960 a questão agrária estava ganhando espaço no Brasil e isso deu margem para algumas articulações entre os movimentos sociais que lutavam pela terra e pela educação. Helana Freitas (2011) cita que:

Algumas propostas educativas desenvolvidas nos primeiros cinco anos da década de 1960 criaram inovadoras concepções e estratégias de educação de adultos, educação de base e educação popular. [...] as propostas educativas que surgiram nesse período criaram uma concepção de educação popular que pode ser definida como um conjunto de práticas que se realizam e se desenvolvem dentro do processo histórico no qual estão imersos os setores populares. Ela deve ser compreendida também como estratégia de luta para a sobrevivência e libertação desses setores (FREITAS, 2011)

Helana Freitas (2011), cita ainda que essa mobilização entre os movimentos sociais pela transformação da Educação, poderia ser um preparativo do que viria a ser a Educação do Campo nos próximos anos, contudo, toda essa movimentação foi interrompida com o Golpe Militar em 1964. Foram extinguidos os projetos educativos que vinham sendo executados, os movimentos sociais se desarticularam, educadores e lideranças foram fortemente reprimidos e exilados. (FREITAS, 2011).

Os movimentos sociais voltaram a se organizar com mais liberdade durante a redemocratização do Brasil, a partir de 1985. Nesse momento o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) teve grande influência no processo de formação da Educação do Campo. De acordo com Freitas (2011), o movimento apresentava “uma forte preocupação com a Educação em acampamentos e assentamentos da reforma agrária” (FREITAS, 2011. p.39).

Na década de 90 o cenário é de resgate do que havia sido perdido no período do Golpe. Em 1997, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (Enera) organizado pelo o MST, em parceria com diversas entidades educacionais do Brasil. O evento reuniu mais de 700 educadores de assentamentos rurais e de universidades que atuavam em projetos na educação em assentamentos. O objetivo desse encontro era realizar uma análise dos problemas enfrentados pela população rural nos diferentes níveis de escolaridade (FREITAS, 2011).

Em fins de março de 1998, a Coordenação da Conferência, composta pelas entidades citadas acima, reuniu-se com representantes de 20 unidades da Federação para capacitá-los a implementar em seus Estados um processo de reflexão e análise das dificuldades nas experiências em Educação do Campo. Entidades atuantes no campo organizaram -se em parcerias e, de maio a julho de 1998, foram realizados 23 encontros estaduais Por uma Educação Básica do Campo (FREITAS, 2011).

Na Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, na qual participaram movimentos sociais, organizações governamentais e não-governamentais, conseguiu-se que as entidades promotoras que também participavam do evento⁵ assumissem o compromisso de criar políticas públicas que garantissem o direito à educação para a população do campo. Portanto, a consolidação da Educação do Campo se deu por meio dessa movimentação, organizada excepcionalmente pelos movimentos de reforma agrária (FREITAS, 2011).

Em síntese, entender como se deu o processo de institucionalização da proposta da Educação do Campo pelo Estado também requer algumas reflexões e contextos. É inegável que o surgimento da Educação do Campo se deu por meio das lutas camponesas de reforma agrária. Entretanto, a respeito não do surgimento, mas, da sua institucionalização é necessárias algumas reflexões. Quanto a isso, Miguel Arroyo (2006) cita que: “É preciso apresentar uma leitura relacional e globalizada das bases históricas e conjunturais que influenciaram o início de uma nova postura e/ou entendimento do Estado brasileiro sobre o direito das populações camponesas à educação” (ARROYO, 2006, p.179).

De acordo com a reflexão de Arroyo (2006), é preciso então compreender as bases históricas as quais se deu esse processo. A Educação do Campo foi institucionalizada por volta de 2002 à 2003. Pouco antes disso, no período de 1994 à 1998 estava acontecendo no Brasil um intenso movimento em busca da Reforma Agrária. Essa movimentação já vinha se consolidando desde a formação do MST em 1980, que a propósito, se tornou no maior representante da luta pela terra na década de 90 (COLETTI, 2006).

Em 1995 o MST realizou seu III Congresso Nacional onde se apresentava em combate ao liberalismo e ao capitalismo. O movimento conseguiu grande influência que resultou no aumento constante de ocupações de terras durante a década de 1990. De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de ocupações cresceu em 400% entre os anos 1994 e 1998. Enquanto o número de famílias envolvidas nessas ocupações cresceu em 270% (COLETTI, 2006 p.5):

Em 1990 (primeiro ano do governo Collor), por exemplo, houve no Brasil 49 ocupações, envolvendo 8.234 famílias; em 1994 (último ano do governo Itamar), houve 119 ocupações, envolvendo 20.516 famílias; em 1998 (último ano do primeiro mandato do governo FHC), houve 599 ocupações e 76.482 famílias envolvidas nelas – como podemos notar, de 1994 a 1998, o número de ocupações cresceu 400% e o número de famílias envolvidas nessas ocupações cresceu 270% --; no ano 2000, 393 ocupações, envolvendo 64.497 famílias; em 2001, 194 ocupações e 26.120 famílias, número praticamente igual ao do ano 2002, último ano do governo FHC (184 ocupações e 26.958 famílias); em 2003 (primeiro ano do governo Lula), houve 391

⁵ CNBB, Unesco, Unicef e UnB.

ocupações, envolvendo 65.552 famílias; em 2004, 461 ocupações e 73.657 famílias envolvidas; em 2005 (último ano para o qual há dados disponíveis da CPT) houve 437 ocupações de terra, envolvendo 54.427 famílias. (COLETTI, 2006).

Ressaltando esses dados, pode-se perceber que o período de redemocratização do Brasil foi um período de muitas conquistas para os movimentos sociais de Reforma Agrária, assim como os movimentos sociais em geral (FREITAS, 2011). Foi nesse contexto, mais precisamente durante o primeiro governo Lula (2003-2006), que a Educação do Campo se constitucionalizou, através dos movimentos de luta pela terra e também por meio da articulação com o Estado que nesse período era considerado mais flexível na questão da Reforma Agrária em relação aos governos anteriores.

2.1 Diferença entre Educação Rural e Educação do Campo

A Educação Rural e Educação do Campo somente têm em comum o espaço onde essas propostas são colocadas: o campo. São conceituadas e fundamentadas em contextos diferentes e uma não sucede a outra. Portanto, para melhor compreensão, serão abordados alguns aspectos dessa diferenciação e depois organizados em quadros de comparação.

Um pouco sobre a Educação Rural

A Educação Rural é compreendida como um meio de levar alfabetização para as pessoas do campo, unicamente. É uma proposta de educação que tem como objetivo ensinar o aluno do campo a ler, escrever e fazer conta, sem mais fundamentações teóricas, propostas educacionais ou qualquer preocupação com uma formação de professores adequada.

Alguns registros mostram que já havia um conceito de Educação Rural no Brasil República, quando o governo criou a pasta da “Agricultura, Comércio e Indústria” pensada a partir da necessidade de formar administradores do Estado Brasileiro, porém, a mesma foi extinta logo nos anos seguintes. Por volta de 1917 se tem um contexto de êxodo rural e de crescente urbanização da população. Nesse período havia um grande número de pessoas analfabetas nos centros urbanos e isso era visto como um atraso para o desenvolvimento da cidade. Portanto, a Educação Rural volta a ser pensada como um possível meio de conter as migrações (MACHADO, 2017. p.18324).

Todavia, a Educação Rural é constituída somente na década de 1930⁶. Na constituição de 1934, no artigo 156, diz que “Para a realização do ensino rural, a união reservará no

⁶ Pensada e elaborada, exclusivamente, pelo espaço urbano.

mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual” (BRASIL, 1934). E já na Constituição Federal de 1946, houve uma proposta de responsabilizar as empresas privadas pelo provimento da educação às pessoas da zona rural que trabalhavam nessas empresas. Isso provou o quanto o Estado não teve responsabilidade alguma em fornecer educação à população rural (MACHADO, 2017).

[...] III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter o ensino primário gratuito para os seus servidores e filhos destes; IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores [...] (BRASIL, 1946, Art. 168).

Pode-se afirmar que a Educação Rural foi fundamentada e desenvolvida no meio urbano, sem a participação ou qualquer consideração das pessoas que vivem no campo, esse modelo de educação reforçava a visão de atraso e subdesenvolvimento em relação ao modelo de vida dos camponeses, e de acordo com Helana Célia (2011), a educação rural é entendida senão como um projeto de afastamento do homem camponês do meio rural, é entendida como algo que resultou no abandono do campo em busca de ascensão social nos centros urbanos. Sobre a consolidação da educação rural, a autora ressalta:

Nasce marcada pelo discurso da modernização do campo e da necessidade de adaptar o camponês e suas práticas, sinônimo de atraso, aos novos padrões de agricultura que dariam suporte ao modelo industrial nascente. Os programas e projetos desenvolvidos ao longo de décadas na perspectiva da educação rural sempre tiveram como premissa o atraso do sujeito do campo, o qual precisava ser educado para se enquadrar no sistema produtivo moderno. (FREITAS, 2011).

Portanto, logo se percebe que a ideia de fixação do homem ao campo como estratégia de conter a imigração, surtiu efeito reverso. Visto que o descaso e a negligência para com as pessoas do campo fomentados também pela Educação Rural que não atendeu às necessidades da população camponesa, reforçou a imagem negativa do camponês e do seu modo de vida, fazendo com que se perpetuasse as desigualdades sociais no campo e assim o camponês acabou abandonando o espaço rural para ir em busca de melhores condições de vida nos centros urbanos (FREITAS, 2011).

No que se diferem a Educação Rural e a Educação do Campo

Um aspecto importante a se frisar é que a Educação do Campo não é uma continuação da Educação Rural, mas um novo conceito de Educação, tanto que ainda está em

fundamentação (MACHADO, 2017). E ao contrário do que foi mostrado acima sobre a criação da Educação Rural, a Educação do Campo foi pensada a partir dos povos do campo juntamente com os movimentos sociais de luta pela terra.

As definições se diferem essencialmente quando a Educação do Campo propõe uma educação que tem como objetivo a emancipação do sujeito do campo, enquanto a característica primordial da Educação Rural objetiva a vassalagem do camponês em relação ao meio urbano. A Educação rural obedece a lógica capitalista e produtivista que busca ou explorar o trabalhador do campo, ou afastá-lo desse espaço para o benefício dos grandes latifúndios. À medida que a Educação do Campo, nas palavras de Roseli Caldart (2015):

[...]nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos do campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas (CALDART, 2012, p.15).

O conceito de Educação do Campo se difere da Educação Rural principalmente no que diz respeito à sua 1. Origem; 2. Propostas; 3. Concepção de Campo; 4. Currículos.

1. Origem

| Educação Rural | Educação do Campo |
|---------------------------------|---|
| Primeiras décadas do século XX. | Últimas décadas do século XX (1990). |
| Surge por meio do Estado. | Surge a partir dos movimentos sociais de luta pela terra. |

Fonte: Adaptado de Maria Fernanda Alencar (2010).

2. Propostas

| Educação Rural | Educação do Campo |
|--|-----------------------------------|
| Valorização dos conhecimentos formais. | Valorização dos diversos saberes. |
| Valorização da vida urbana. | Valorização da vida no campo. |

Fonte: Adaptado de Maria Fernanda Alencar (2010).

3. Concepção de campo

| Educação Rural | Educação do Campo |
|--|---|
| Visão de atraso e acultura em relação ao campo. | Visão que promove o desenvolvimento, a cultura e o trabalho do campo. |
| Espaço de submissão em relação ao espaço urbano. | Espaço de resistência e transformação social dos povos do campo. |

Fonte: Adaptado de Maria Fernanda Alencar (2010).

4. Currículo

| Educação Rural | Educação do Campo |
|---|--|
| Formulado pela cidade para ser aplicado no campo. | Formulado pelo campo e para o campo. |
| Prioriza a educação bancária, que transmite/repassa o conhecimento. | Prioriza a educação emancipatória, que estimula o questionamento e a reflexão. |

Fonte: Adaptado de Maria Fernanda Alencar (2010).

O uso do termo “campo” em vez de “rural” foi defendido na I INEC - Primeira Conferência Nacional de Educação do Campo, pois, de acordo com Neto (2010. p.162) se tratava de “incluir na conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que vivem hoje e tentam garantir a sobrevivência desse trabalho”. Portanto, quando fossem discutir sobre Educação do Campo, estariam se referindo a uma educação específica para toda a população do campo: camponeses, quilombolas, aldeias indígenas, ribeirinhos e trabalhadores vinculados à vida e ao trabalho no campo (NETO, 2010. p.162).

Neste tópico convém diferenciar ainda, a Educação “do” Campo e a Educação “no” Campo. “Do” campo diz respeito a uma educação que é específica, originária e própria do campo; que é pensada, elaborada e desempenhada por pessoas do campo. Enquanto a Educação “no” campo se trata de uma educação que ocorre no local onde vivem as pessoas do campo, porém, que não tem a necessidade de desempenhar uma educação específica para o campo, portanto, utiliza as mesmas propostas educativas de uma escola da cidade. Roseli Caldart (2009) traz essa diferenciação e diz que o “do” da Educação *do* Campo tem a ver com o protagonismo daqueles que são responsáveis por ela: “Não é “para” e nem mesmo “com”: é *dos* trabalhadores, Educação *do* Campo, *dos* camponeses, pedagogia *do* oprimido” (CALDART, 2009. p.41).

2.2 Proposta pedagógica da Educação do Campo

Partindo da afirmativa de que a Educação do Campo tem seus princípios e fundamentações advindos do MST que é um dos principais intencionalistas das propostas da educação do campo, o Movimento terá um espaço considerável neste tópico. Reitera-se que a principal proposta da Educação do Campo se fundamenta no âmbito de reforma e transformação do meio educacional no meio rural, que tem como finalidade a libertação da classe trabalhadora camponesa através da educação.

Como já citado antes, a Educação do Campo é um conceito novo, que ainda se encontra em construção e em movimento, portanto, é necessário apresentar algumas de suas propostas para melhor compreensão desse evento. De antemão, é importante deixar posto as seguintes afirmações: 1. a Educação do Campo não é um seguimento da educação rural e 2. a Educação do Campo não é uma proposta de educação, mas sim uma (nova) concepção de educação - voltada ao campo (CALDART, 2009).

De acordo com o MST, a Educação do Campo não ocorre somente na escola e, apesar da educação escolar ser peça fundamental para a aprendizagem e desenvolvimento do aluno, esse não é o único lugar de construir conhecimento: “a primeira coisa que precisamos entender é que a criança não aprende apenas quando está na sala de aula estudando [...] para nós, escola é mais do que aula e aula é mais que repasse de conhecimentos, de conteúdos” (MST, 2005, p.213).

A partir disso, pode-se afirmar que a Educação do Campo tem como base de suas propostas pedagógicas duas abordagens: a Pedagogia da Alternância e a Educação Construtivista. A Pedagogia da Alternância é um método que propõe a interação dos aprendizados construídos na escola com os aprendizados adquiridos em casa/família/comunidade do aluno do campo; A Educação Construtivista, se trata de uma abordagem baseada nos estudos de Jean Piaget (1896), na qual o conhecimento é construído a partir da experiência pessoal e social do aluno. O mesmo deve ter autonomia para construir seus próprios pensamentos, reflexões e aprendizagens, sendo mediado pelo professor.

A proposta pedagógica do MST, também tem como finalidade formar nos seus componentes uma identidade, o sujeito social Sem Terra. Consiste na “Pedagogia do Movimento Sem Terra”, Luiz Bezerra (2010), diz que o sujeito educador dessa pedagogia é o próprio Movimento. Em vista disso, é importante mencionar que o MST não aceita outra proposta que não seja aquela derivada de suas próprias ações práticas, voltada para a formação do identitário coletivo, o Sem Terra (NETO, 2010. p.158). Para tanto, pode-se

afirmar que nenhuma corrente pedagógica consegue, de fato, definir a prática pedagógica da Educação do Campo:

Para o Movimento sem terra, nenhuma corrente pedagógica dá conta de refletir sobre sua prática, de ter um conteúdo que reflita sobre a práxis pedagógica do MST, buscando um sentido de movimento pedagógico de práticas que exigiram uma elaboração teórica que por sua vez exigem um salto de qualidade em novas práticas. Neste sentido, a Pedagogia do Movimento forma-se a partir da mistura de várias teorias pedagógicas que pretendem misturar correntes filosóficas, entre elas o marxismo e o idealismo existencialista, numa base eclética, utilizada como método de formação (NETO, 2010 p.158).

Justamente por isso ainda encontra-se dificuldade em delimitar uma definição no conceito de Educação do Campo, por ela ser composta por várias propostas, teorias e concepções que resultam em tamanha complexidade.

Para o MST, as propostas pedagógicas da escola do campo têm de estar totalmente voltadas à realidade do meio rural, devem ser propostas que leve em consideração as particularidades desse âmbito e que vise transformar as condições de vida dos povos do campo. Portanto, se propõe que a Educação do Campo tenha uma relação direta com os desafios do seu tempo histórico (NETO, 2010), ou seja, essa perspectiva de Educação deve estar diretamente vinculada a questões como a luta pela Reforma Agrária, a luta anticapitalista, a preocupação com questões ambientais, etc.

Para o movimento, as práticas educacionais que acontecem no meio rural não podem desconsiderar a questão da luta pela Reforma Agrária e os desafios colocados para a implementação de novas relações de produção no campo e na cidade (NETO, 2010 p.157).

De acordo com Neto (2010), através da Educação do Campo, objetiva-se que as pessoas do campo tenham melhores condições de vida e garantia do direito à terra. Para isso, se propõe que os sujeitos do campo sejam protagonistas da transformação do meio onde vivem. Defende-se que esses sujeitos sejam o principal meio para essa mudança e que não sejam meros figurantes do Movimento. Portanto, para alcançar esses objetivos, a Educação do Campo tem como proposta: a) a construção de uma nova concepção do meio rural; b) a formação da identidade do camponês; c) uma educação revolucionária e emancipatória.

a) a construção de uma nova concepção do campo

A Educação do Campo propõe em seu currículo a construção de uma nova visão a respeito do campo. Sabemos que o desenvolvimento industrial e o avanço tecnológico cada

vez maior, mesmo sendo meios que poderiam melhorar o meio rural, tiveram efeitos contrários. O crescimento do agronegócio e de grandes latifundiários dificultam cada vez mais a vida de camponeses, de assentados e ocupantes de terras no Brasil. Portanto, a Educação do Campo propõe aos camponeses uma educação que valorize e priorize o espaço rural fora da lógica do agronegócio; propõe uma concepção de agricultura que esteja voltada à produção não só de alimentos mas também de cultura, de saberes tradicionais e tecnológicos; de práticas que garantam a permanência do homem no campo; que supere o discurso de que o campo fora da lógica capitalista é atrasado, precário e improdutivo.

Basta! de considerar natural que os sujeitos trabalhadores do campo sejam tratados como inferiores, atrasados, pessoas de segunda categoria; que a situação de miséria seja seu destino; que no campo não tenha escola, que seja preciso sair do campo para frequentar uma escola; que o acesso a educação se restrinja à escola, que o conhecimento produzido pelos camponeses seja desprezado como ignorância... (CALDART, 2007).

b) a formação da identidade do camponês

Outra proposta da Educação do Campo é a criação de um identitário dos povos do campo. “Uma vez que o sujeito da ação é o mesmo sujeito da reflexão” (MEDEIROS, 2019 p. 142) é tarefa essencial que essa Educação esteja propondo a formação de identidade das pessoas do campo, pois, o camponês deve se entender como sujeito do Movimento a qual está inserido, de modo que ele participe efetivamente da elaboração e reflexão do conhecimento e do fazer histórico;

c) uma educação emancipatória e revolucionária

Sobretudo o que se propõe na Educação do Campo, está o projeto de uma educação de cunho emancipatório e revolucionário que visa a transformação social através da formação política dos povos do campo. O objetivo maior da Educação do Campo é “desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores [...] lhes possibilitando maior segurança ideológica para agirem politicamente” (MEDEIROS, 2019. p.131). É certo que existem ainda muitos impasses para que essa educação de fato concretize seu objetivo final, visto que, somente é possível que o sujeito do campo transforme sua realidade social através de uma educação que se preocupe com a autonomia e libertação deles em relação a classe dominante.

3. UMA ANÁLISE SOBRE A ESCOLA DO CAMPO CHICO MENDES

O Centro de Educação Municipal do Campo Chico Mendes é a escola a ser pesquisada neste trabalho⁷. A escola está localizada no Estado do Tocantins, município de Porto Nacional, na Zona Rural, Km 12, no Assentamento Santo Antônio, sentido a Monte do Carmo. Foi inaugurada no dia 11 de julho de 2007, com funcionamento em período integral e modelo semi-internato sistematizado na Pedagogia da Alternância, que será melhor abordada posteriormente (PPP, 2019).

O Centro de Educação Municipal do Campo Chico Mendes recebeu esse nome para homenagear e memorar o seringueiro, sindicalista e ativista ambiental Francisco Alves Mendes Filho (1944-1988), conhecido como Chico Mendes⁸. Vale ressaltar a informação de que a filha do homenageado Chico Mendes, Ângela Maria Feitosa Mendes, esteve presente na inauguração da escola (COSTA, 2021).

A escola foi construída na área da antiga sede da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), localizada na zona rural do município de Porto Nacional. O território onde se localiza hoje o Assentamento Santo Antônio era propriedade da referida empresa. A sede da EMBRATER foi desativada em 1979 e o local foi abandonado pelos proprietários. Alguns meses mais tarde, no mesmo ano, esse território foi ocupado por trabalhadores sem terra que foram despejados de fazendas vizinhas onde trabalhavam como agricultores. A partir disso se formou o assentamento (COSTA, 2021).

Ao longo desses anos, o Assentamento Santo Antônio teve quatro escolas, a primeira em 1985, a segunda em 1989, a terceira em 1992 (COSTA, 2021) e a quarta e última em 2007, a Chico Mendes. O espaço escolar é instituído em uma grande área estruturada, sendo utilizada ainda parte do antigo imóvel da EMBRATER, como o dormitório e banheiro feminino, a dispensa, depósito de ferramentas e insumos agrários. A escola conta com várias instalações como salas de aula, sala dos professores, sala de direção e coordenação, cozinha, refeitório, biblioteca, dormitórios F/M, assim como banheiros. Além de espaços voltados para as atividades realizadas fora da sala de aula, como suinocultura, avicultura, viveiro de plantas e hortas.

⁷ As informações apresentadas a respeito da escola foram obtidas através do último PPP (atualizado em 2019) e pesquisa de campo na referida escola.

⁸ O ativista teve um importante trabalho de luta em defesa da terra e dos moradores nativos na região da Amazônia, foi reconhecido internacionalmente e premiado pela ONU com o Prêmio de Preservação Ambiental. Chico Mendes foi assassinado em 1988, a mando de um grileiro de terras da região.

Atualmente, a unidade escolar atende aproximadamente 80 alunos, sendo eles de 04 a 21 anos de idade, cursando o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental I e II. Além dos alunos do assentamento Santo Antônio, são atendidos também alunos de outros assentamentos da região e, segundo informações de um professor da escola, cerca de 60% dos alunos matriculados atualmente, são moradores da área urbana de Porto Nacional e de cidades vizinhas. O número de alunos moradores de assentamentos teve uma queda devido ao fechamento da escola durante a Pandemia de COVID-19 (2020-2022). Após o retorno das aulas presenciais, muitos alunos não retornaram à escola.

Cabe mencionar que o espaço escolar cumpre ainda a função de Posto de Saúde para a comunidade residente na região. A ação é promovida pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Nacional, através do programa Saúde em Movimento. Uma vez por semana um profissional da saúde vai até a escola e utiliza uma das salas de aula como consultório médico para realizar consultas e atender às demais necessidades que a população e os próprios alunos possam apresentar.

Linha teórica e propostas pedagógicas da escola

O Centro de Educação Municipal do Campo Chico Mendes trabalha a partir da linha teórica construtivista, que, como já citado antes, é uma corrente de pensamento inspirada na obra de Jean Piaget (1896-1980) psicólogo e biólogo que estudou os processos de aquisição do conhecimento humano. Sobre o modelo teórico construtivista, a escola afirma que:

Este modelo permite às crianças interpretar o mundo em que vivem de forma prática e demonstrativa, no campo educacional isto significa levar em consideração os esquemas de assimilação e acomodação da criança, promovendo situações didáticas desafiadoras que provoquem os conflitos cognitivos responsáveis pela construção do conhecimento através da participação ativa (PPP, 2019 p.12).

Portanto, a abordagem construtivista se baseia na ideia de que há uma construção do conhecimento e, para isso, a escola tem que criar métodos que estimulem essa construção. Seguindo essa linha, o professor da escola do campo deve ser um mediador do conhecimento, deve estimular a pesquisa, a reflexão e o diálogo de forma que dê autonomia ao processo de aprendizagem de cada aluno.

A respeito de determinadas propostas presentes na escola, o PPP faz uma abordagem um tanto vaga, por isso, não se pode definir exatamente o que ele propõe. Quanto ao Caderno de Plano de Estudos, o PPP diz que “é um registro ordenado em caderno próprio, de parte das experiências educativas acontecidas na escola e na comunidade” (PPP, 2019. p.14); o Caderno

de Acompanhamento, é também um registro que permite a família acompanhar tudo que acontece no período de alternância; já o Plano de Estudo, é um guia elaborado pelos alunos e professores no final de cada semana, que visa investigar junto com os pais, um aspecto da realidade cotidiana da família durante a alternância.

Sobre o currículo escolar da unidade, é importante ressaltar dois Artigos presentes no PPP. Primeiro, o Art.62, parágrafo 2º, diz que: “O tratamento dos conteúdos curriculares levará em conta o ponto de partida do aprendizado do estudante, a sua prática escolar anterior, o seu meio ambiente social e familiar e, quando for o caso, as suas condições de trabalho” (PPP, 2019 p.82). E segundo, o Art.64, inciso V: “O ensino da História do Tocantins que leve em conta as contribuições das diferentes culturas, raças, e etnias para a formação do povo tocaninense” (PPP, 2019 p.83).

Ambos artigos são condizentes com a proposta da Educação do Campo, pois visam possibilitar um ensino adequado a realidade social do aluno do campo e, ainda, a formação da identidade desse aluno através do conhecimento histórico do meio onde ele está inserido. Entretanto, é importante que essas propostas estejam de fato sendo aplicadas no ensino prático dos alunos, caso contrário, a Educação do Campo não é efetiva.

Ensino por Alternância

A pedagogia da alternância é um método de organização escolar que nasceu na década de 1930 na França, e foi introduzido no Brasil por volta de 1939 com as primeiras escolas agrícolas no Espírito Santo, ou seja, bem antes da constituição da Educação do Campo. O ensino por alternância propõe a vinculação entre os aprendizados construídos na escola e os aprendizados construídos em casa, juntamente com a família e a comunidade onde o aluno está inserido. A pedagogia em questão parte da afirmativa de que o conhecimento não é produzido somente na escola e valoriza o conhecimento empírico do aluno relacionado aos saberes adquiridos a partir de experiências fora do ambiente escolar.

De acordo com o PPP (2019 p.84), a estrutura do ensino em alternância proposto na escola Chico Mendes é composta por um plano de formação caracterizado por:

- a) alternância: repartição do tempo de formação entre escola e família/comunidade;
- b) internato: os alunos passam uma semana na escola e uma semana em casa, sendo que no tempo em que estão na escola todas as atividades, como o trabalho, refeição e descanso, são feitas em grupo visando a superação do individualismo;

- c) ação comunitária: estabelecida entre a escola e a família que são responsáveis pelo acompanhamento do processo educativo dos alunos durante a alternância;
- d) caderno da realidade: é um caderno que recolhe a realidade vivida pelo aluno durante o tempo que está em casa. Conta com a participação dos pais, da comunidade e dos professores para anotar e analisar aspectos da vida familiar e comunitária do campo.

O sistema de alternância presente na escola Chico Mendes funciona de determinada maneira: Os alunos da escola são divididos em dois grupos: do 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano. Na semana em que o primeiro grupo está em internato na escola, o segundo grupo está em alternância em casa, e assim é sistematizado o funcionamento da alternância na escola.

Durante a semana de internato na escola, os grupos de alunos são subdivididos entre meninos e meninas e cada um tem seu dormitório coletivo, sendo acompanhados por um monitor e uma monitora. Os alunos têm um quadro de horários com todas as atividades a serem realizadas no decorrer da semana: aula das disciplinas curriculares como português, matemática, história, geografia, ciências, etc; disciplinas diversificadas como dança, artes, agricultura, zootecnia e práticas agropecuárias; intervalos para café da manhã, almoço, lanche e janta; pausas para organização da escola e durante a noite, os alunos costumam ver filmes, fazer rodas de conversa, leitura e brincadeiras, além de jantar e dormir.

Durante a semana de alternância em casa/comunidade, os alunos também têm algumas propostas a serem feitas, como o caderno da realidade, onde os alunos anotam aspectos da vida familiar e comunitária para levar à sala de aula na semana seguinte. O caderno de plano de estudo, que é elaborado previamente para ser utilizado durante a alternância, propõe um tema gerador que será relacionado com a realidade e necessidade da família/comunidade e permite ao aluno pesquisar, analisar e refletir sobre sua vivência.

Lamentavelmente, não foram obtidas mais informações a respeito dessas atividades extracurriculares⁹ realizadas durante a semana de internato, nem acesso às atividades realizadas na semana de alternância, como o caderno da realidade e o caderno de plano de estudos. Por isso não se pode analisar de forma mais objetiva o que a escola propõe a esses alunos.

⁹ O termo “extracurricular” é de certa maneira equivocado porque na Educação do Campo essas disciplinas são parte integral do currículo, ou seja, são primordiais para a formação dos alunos do campo. Portanto, está sendo utilizado aqui apenas para diferenciar os estudos em sala de aula e aqueles que acontecem fora dela.

O quadro de horários é diverso em atividades, tanto curriculares como extracurriculares, contudo, ficou evidente a falta de qualificação por parte do corpo docente da escola para que de fato seja exercido o saber específico que a Educação do Campo propõe. Não há formação nas áreas de História e Ciências, nem especialização nas áreas de Agronomia e Zootecnia, o que debilita esses aprendizados específicos e essenciais para a formação do sujeito do campo.

O ensino por alternância é um dos aspectos essenciais da Educação do Campo porque é uma das principais ferramentas responsáveis por unir os aprendizados do campo e da escola. Essa metodologia presente na unidade Chico Mendes aproxima a proposta escolar da perspectiva da Educação do Campo. Porém, ao analisar o núcleo de atividades propostas aos alunos, a conclusão é que a perspectiva educacional aplicada na escola se aproxima mais da Educação no Campo.

Vejamos alguns aspectos:

1. Dos 14 professores, 07 são pedagogos, 02 são geógrafos, 03 são da Letras, 01 com magistério e somente 01 tem especialização em Educação do campo (COELHO; COSTA, 2022); enquanto apenas 2 destes vieram de assentamentos, mas atualmente vivem na cidade, assim como os outros. Para que a proposta se caracterize como Educação do campo, é necessário que os profissionais da escola tenham alguma formação na área da Educação do Campo e que a elaboração destas atividades conte com a participação dos moradores do campo. Ambos aspectos não estão presentes na escola pesquisada. Portanto, pode-se afirmar que a proposta da Escola Chico Mendes é elaborada pelo meio urbano.
2. Quanto ao ensino das disciplinas curriculares, não se percebe nenhuma abordagem específica do campo. Por exemplo, trabalhar a história do assentamento na disciplina de História; trabalhar literatura do campo na disciplina de Português; desenvolver atividades que estimulem o senso crítico e a percepção histórica necessária para a emancipação dos sujeitos do campo. Não há indícios de nenhuma destas propostas.
3. Quanto às disciplinas extracurriculares como Zootecnia, Agroecologia e Horticultura, são ministradas sem a fundamentação devida, justamente porque não há um professor/monitor com especialização ou formação nas áreas. Não há orientação ou um ensino que garanta a formação do aluno nessas práticas.

Portanto, os alunos realizam esses afazeres sem que haja uma proposição educativa como finalidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi apresentado no decorrer deste trabalho, a Educação do Campo se posiciona como uma perspectiva de Educação específica para os sujeitos do campo. Contrariamente à Educação Rural que é idealizada e formulada pelo meio urbano; e diferente da Educação *no* Campo que não se compromete com as particularidades necessárias para a formação do camponês. Ao traçar o processo histórico pretendido nesta pesquisa, tornou-se seguramente evidente o protagonismo dos movimentos de Reforma Agrária na luta e constituição da Educação do Campo. De tal modo que se torna inviável falar dessa perspectiva de Educação sem pautar os referidos movimentos, como o MST, que foi apresentado como principal intendente das propostas dessa educação.

O Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes é a quarta escola do Assentamento Santo Antônio, pois desde 1985 os moradores lutam pela garantia da educação em sua comunidade. A unidade Chico Mendes foi inaugurada em 2007 e atualmente atende cerca de 80 alunos. Dentre eles, alunos de outros assentamentos da região e alunos da área urbana de Porto Nacional. Essa diversidade de alunos reafirma a importância de uma educação que atenda as particularidades dos sujeitos. Contudo, a escola não apresenta planos que acate essa necessidade.

Como observado, a escola se organiza em sistema de alternância e internato. Esse funcionamento tem como finalidade permitir uma maior interação entre os aprendizados construídos na escola com aqueles construídos em casa/comunidade. É válido afirmar que o sistema de alternância aproxima o modelo de Educação proposto na escola da perspectiva da Educação do Campo. Entretanto, por não obter acesso às atividades realizadas pelos alunos durante o período de alternância, não se pode afirmar que essa interação entre escola-casa é de fato efetivada.

Ao avaliar as questões consideradas sobre a escola pesquisada, pode-se afirmar que a educação proposta na unidade se trata da Educação *no* Campo. Visto que as disciplinas, as atividades, o corpo docente, todos têm que estar engajados às práticas pedagógicas que tenham como finalidade formar o sujeito do campo. Como cita Neto (2010), a Educação do Campo não pode estar separada dos desafios de seu tempo histórico, portanto, não pode estar separada da luta pela terra. Assim como a Reforma Agrária não está separada da luta pela Educação para os povos do campo. Desse modo, para que a Educação do Campo fosse verdadeiramente efetivada, esse fundamento teria que estar presente nas práticas da escola.

Na escola do campo Chico Mendes encontra-se alguns pontos que poderiam efetivar a aplicação da Educação do Campo. Como o PPP que apresenta princípios, currículo e linha teórica que são condizentes com a Educação do Campo; Assim como o ensino por alternância e a infraestrutura da escola que conta com viveiro, hortas, suinocultura e avicultura que também são práticas formativas dessa perspectiva de Educação. Contudo, é muito perceptível a falta de fundamentação ideológica e também prática em todos esses pontos citados.

Ao longo deste trabalho ficou claro que a Educação do Campo se efetiva sobretudo no âmbito da fundamentação ideológica presente nas práticas educativas. Por isso não se pode afirmar que o ensino aplicado na escola seja a Educação *do* Campo, mas sim a Educação *no* Campo. Para a concretização da Educação do Campo em uma escola, é necessário ainda que esteja presente o envolvimento ativo dos povos do campo nesse processo, sem isso se perde a especificidade que tanto se propõe nessa perspectiva de educação.

O negligenciamento do Estado é o principal responsável perante a precarização do ensino nas escolas de Educação do Campo. Alguns estudos apontam que a atuação do Estado junto a Educação do Campo enfraqueceu e distanciou a participação dos movimentos sociais no contexto educacional do campo. Além do Estado não fornecer aos profissionais a formação e especialização necessária para atuar no campo; também não garante concursos públicos que gere a permanência de um corpo docente capaz de realizar um trabalho a longo prazo nessas escolas. E depois, há o fato de que não interessa ao Estado viabilizar uma educação que tem como base explícita a luta de classes e a emancipação das pessoas do campo. Contudo, isso são questões para pesquisas futuras.

As considerações pontuadas aqui não têm como objetivo, de maneira nenhuma, invalidar a proposta de Educação desempenhada na escola Chico Mendes. Pelo contrário, reafirma-se neste trabalho a importância de uma escola presente no espaço do campo. Uma escola presente no espaço de conquista dos povos sem terra. Essa escola representa a luta e a ressignificação de uma área que antes era abandonada, mas que agora cumpre uma função social garantindo aos povos do campo o acesso à educação, saúde e moradia.

O conceito de Educação do Campo se mostra um conceito que ainda está em construção e justamente por isso em muitos momentos se torna confuso, principalmente se tratando de uma pesquisa majoritariamente bibliográfica como esta. No decorrer deste trabalho foi possível notar muitas questões que precisam ser pautadas através de uma pesquisa tanto bibliográfica quanto de campo mais longa e aprofundada, que requerem uma análise maior do que foi possível fazer nos limites desta apresentação.

Tornou-se evidente nesta pesquisa que a fundamentação teórica e a prática da Educação do Campo exigem, sobretudo, o desenvolvimento da consciência histórica dos alunos originários do campo. Para que sejam capazes de compreender sua trajetória, suas origens e através disso atribuir valor ao sujeito do campo, bem como propõe a perspectiva de educação apresentada neste trabalho. Diante dessas constatações, se faz presente o interesse em dar continuidade a essa pesquisa, com objetivo de trazer o estudo para o espaço prático através da realização de projetos e propostas para o meio da Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Reforma agrária no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária**. 2006. 143 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/98603>. Acesso em 13 nov. 2022.

ALENCAR, M. F. dos S. **Educação do campo e a formação de professores: construção de uma política educacional para o campo brasileiro**. Ci. & Tróp., Recife, v.34, n. 2, p. 207-226, 2010. Disponível em periodicos.fundaj.gov.br. Acesso em 22 out. 2022.

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.º 2. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf>. Acesso em 12 set. 2022.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. **Constituição (1946)**. Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 12 out. 2022.

BEZERRA NETO, L. **Educação do campo ou educação no campo?** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 150–168, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i38.8639696. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639696>. Acesso em: 09 set. 2022.

CASSOL, Karina Hiane. **Educação do Campo: aspectos históricos do surgimento da proposta**. Congresso Internacional de Educação da UFFS LS - Território Cantuquiriguaçu ISSN 2595-1122, 2017. Disponível em <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/CANTU/article/view/6910>. Acesso em 09 set. 2022.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. **Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>. Acesso em 28 mar. 2022.

_____. **Pedagogia do movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo**. Revista Trabalho Necessário, v. 2, n. 2, 14 dez. 2004.

<https://doi.org/10.22409/tn.2i2.p3644>. Disponível em <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3644>. Acesso em 29 mar. 2022.

_____. **Sobre Educação do campo**. Capítulo II - Educação do Campo. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/405410/mod_resource/content/1/0%20que%20%C3%A9%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20caldart.pdf. Acesso em 28 de março de 2022.

COELHO, G. L. S; COSTA Lake Oliveira G. (2022). **Processo histórico de criação do Assentamento Santo Antônio em Porto Nacional-TO: uma leitura histórica através da educação do campo**. Revista Brasileira De Educação Do Campo, 7, e13904. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e13904>. Acesso em 13 nov. 2022.

COLETTI, Claudinei. **O MST e os limites da luta pela terra no Brasil**. II Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina: GEPAL, UEL, 2006. Disponível em <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/claudinei.pdf>. Acesso em 22 out. 2022.

COSTA Lake Oliveira Greyg. **O processo histórico de formação do Assentamento Santo Antônio no município de Porto Nacional: Da Reforma Agrária à Educação do campo, lutas, conquistas e desafios**. Universidade Federal do Tocantins, 2021.

FREITAS, Helana Célia de Abreu. **Rumos da Educação do Campo**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p.35-49. Abril, 2011. Disponível em <https://portal.ifrn.edu.br/campus/canguaretama/observatorio-da-diversidade/banco-de-monografias-sobre-a-diversidade/em-aberto-educacao-do-campo>. Acesso em 29 de mar. 2022.

MACHADO, Luane Cristina Tractz. **Da Educação Rural à Educação do Campo: Conceituação e Problematização**. In: EDUCERE - XIII Congresso Nacional de Educação, 2017, Curitiba. EDUCERE - XIII Congresso Nacional de Educação: formação de professores: contextos, sentidos e práticas, 2017. p. 18322-18331.

MATHIAS, Raquel de Abreu, SCOLESO, Fabiana. **Projeto de extensão Acampamento Dom Celso - Porto Nacional/TO**. Revista Capim Dourado: Diálogos em Extensão, Palmas, v. 2, n. 2, p. 152-162, mai.-ago. 2019. Acesso em 25 mai. 2022.

MEDEIROS, Rejane Cleide de Almeida. **Educação e formação política no movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Tocantins: Experiências e práticas educativas em espaços não-escolares**. Revista Humanidades e Inovação v.6, n.18 p.130-144, 2019. v. 6 n. 18. Disponível em <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1476>. Acesso em 10 mar. 2022

MEDEIROS, Rejane C. A. de. **Práxis política do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST) - TO: trajetória de organização e formação política**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, 2017.

MOLINA, M. C. A **Educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas**. Educação em Perspectiva, Viçosa, MG, v. 6, n. 2, 2015. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v6i2.665. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/6809>. Acesso em: 09 set. 2022.

MST. Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro (1997). Disponível em <https://mst.org.br/download/manifesto-das-educadoras-e-dos-educadores-da-reforma-agraria-a-o-povo-brasileiro/>. Acesso em 12 set. 2022.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes, Porto Nacional, 2019.

SANTOS, R. B. dos; SILVA, M. A. da. **Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo**. Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 135–144, 2016. DOI: 10.14244/198271991549. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1549>. Acesso em: 10 set. 2022.

SILVA, Luziane Miranda da. **Desafios e perspectivas da educação do campo: uma análise em Porto Nacional – TO**. 2019. 102f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2019.